



CARTA MENSAL

#julho/2024



Gilberto Kfourir Jr.
CIO BNP Paribas Asset Management Brasil

“Os dados do mercado de trabalho também registraram um arrefecimento, distensionando o superaquecimento observado principalmente no 1º trimestre. Diversos indicadores retornaram ao patamar pré-pandemia, como o número de desempregados por vagas abertas e o número de demissões voluntárias. A criação de emprego desacelerou, com uma criação de 114 mil postos de trabalho nesse último mês, reduzindo de um ritmo acima de 200 mil no início do ano. A taxa de desemprego se encontra em 4,3%, acima do nível pré-pandemia, surpreendendo inclusive as projeções do FED de 4,0% de desemprego para o final do ano. o Brasil não acompanhou o movimento de enfraquecimento do dólar no mundo e o real apresentou uma depreciação significativa. No ano, o real continua entre as piores performances de moedas do mundo.”

ECONOMIA INTERNACIONAL

Ao longo do mês de julho, o mercado externo apresentou um comportamento mais benigno, marcado por um arrefecimento do dólar frente a moedas pares, embora tenhamos observado uma grande depreciação do real. Ao mesmo tempo, a bolsa americana interrompeu a sequência de dois meses de alta e os juros americanos acentuaram a tendência de queda já iniciada no mês anterior. Esse movimento refletiu principalmente a desaceleração dos dados de mercado de trabalho e de inflação nos Estados Unidos, que culminou na sinalização de início de corte de juros em setembro pelo FED, caso o cenário evolua conforme esperado.

De fato, os fundamentos da inflação americana melhoraram muito nas duas últimas leituras, passando a apresentar uma composição mais favorável do que o observado até então. Além de contar com uma inflação de bens ainda baixa, a inflação de serviços apresentou uma desaceleração significativa e a inflação de aluguéis voltou a rodar no nível observado no pré-pandemia. Outros elementos como a queda na difusão e queda em outros núcleos (médias aparadas e mediana) reforçaram a melhora qualitativa da inflação.

Ao mesmo tempo, os dados do mercado de trabalho também registraram um arrefecimento, distensionando o superaquecimento observado principalmente no 1º trimestre. Diversos indicadores retornaram ao patamar pré-pandemia, como o número de desempregados por vagas abertas e o número de demissões voluntárias. A criação de emprego desacelerou, com uma criação de 114 mil postos de trabalho nesse último mês, reduzindo de um ritmo acima de 200 mil no início do ano. A taxa de desemprego se encontra em 4,3%, acima do nível pré-pandemia, surpreendendo inclusive as projeções do FED de 4,0% de desemprego para o final do ano.

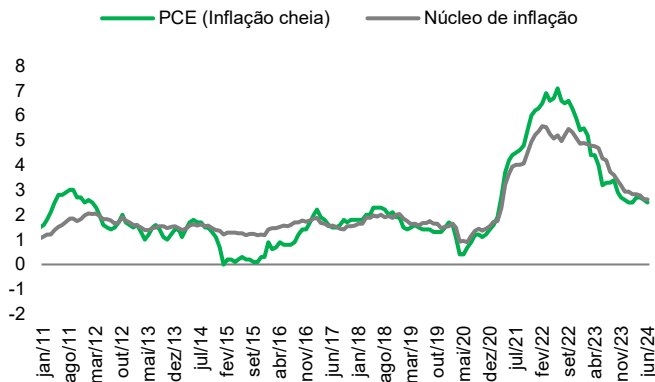
Essa combinação de inflação mais baixa e desaquecimento do mercado de trabalho trouxe ao FED uma maior segurança sobre a possibilidade de redução da restrição monetária.



“Os desdobramentos políticos também podem ter impacto sobre o dólar e sobre a economia americana. A desistência de Biden trouxe Kamala Harris como candidata, aumentando marginalmente a possibilidade de uma vitória democrata, embora Trump siga como favorito nas pesquisas e apostas de mercado.”

Gráfico 01

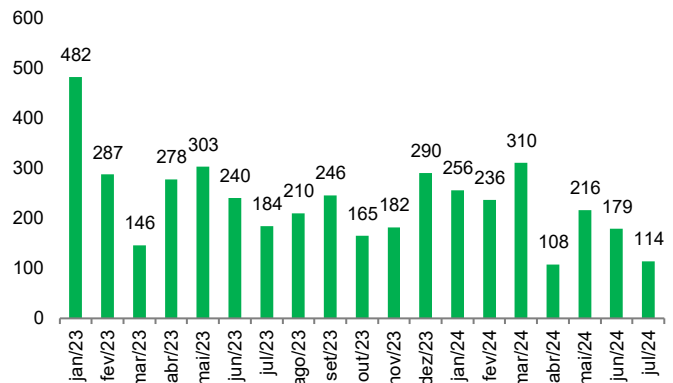
EUA: Deflator do Consumo (PCE) - YoY



Fonte: BEA. Elaboração: BNPP AM Brasil. Data base: 31 de julho de 2024.

Gráfico 02

Criação de empregos ex-Agricultura (Nonfarm Payroll)



Fonte: BLS. Elaboração: BNPP AM Brasil. Data base: 31 de julho de 2024.

Em sua última conferência, Powell informou que, caso a inflação e o mercado de trabalho continuem evoluindo dessa maneira observada nos últimos meses, seria apropriado iniciar o ciclo de corte de juros a partir da próxima reunião, em setembro. Essa sinalização veio em linha com a nossa perspectiva de corte de juros em setembro e dezembro, seguindo um ciclo intercalado (reunião sim, reunião não). No entanto, o mercado de trabalho irá ditar os próximos movimentos do FED e nosso cenário base assume uma resiliência do mercado de trabalho. Caso o mercado de trabalho siga enfraquecendo, o FED deveria aumentar o ritmo de cortes, com a possibilidade de cortar até 3 vezes esse ano e prosseguir em um ciclo contínuo.

Os desdobramentos políticos também podem ter impacto sobre o dólar e sobre a economia americana. A desistência de Biden trouxe a Kamala Harris como candidata, aumentando marginalmente a possibilidade de uma vitória democrata, embora Trump siga como favorito nas pesquisas e apostas de mercado. Acreditamos que esse período de eleições será turbulento, podendo gerar volatilidade nos ativos do mundo inteiro. Paralelamente, o FED terá que esperar a concretização das políticas do próximo presidente e seus efeitos sobre a atividade e inflação para guiar o caminho da política monetária mais à frente.

ECONOMIA BRASILEIRA

No cenário doméstico, o Brasil não acompanhou o movimento de enfraquecimento do dólar no mundo e o real apresentou uma depreciação significativa. No ano, o real continua entre as piores performances de moedas do mundo. Acreditamos que grande parte desse descolamento se deve à falta de credibilidade monetária e, principalmente, fiscal.

Mais detalhadamente, no dia 22 de julho, o governo divulgou os números atualizados do orçamento desse ano no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, incluindo o congelamento anunciado dias antes de um total de despesas de 15 bilhões de reais, sendo 11,2 bi em bloqueios para acomodar a elevação de despesas obrigatórias e cumprir o teto de gastos e mais 3,8 bi de contingenciamento de despesas para cumprir o piso da meta de primário. Embora esse montante tenha sido bem recebido pelo mercado, não houve mudança na avaliação de que o governo continua subestimando despesas obrigatórias, o que exigiria mais uma tranche de bloqueio, além de superestimar as receitas para o restante do ano, o que demandaria um contingenciamento relevante.

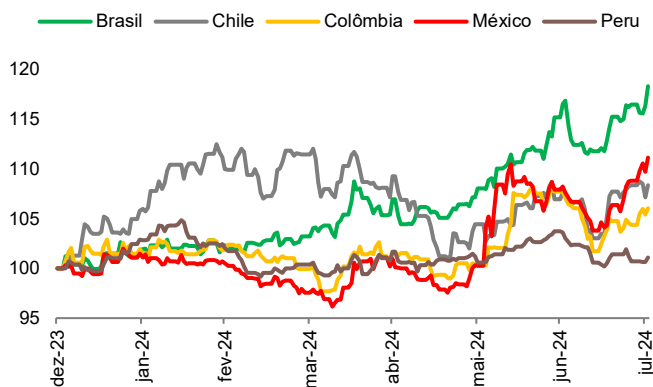




“O câmbio apresentou uma piora adicional, tornando o trabalho do Banco Central ainda mais difícil. Na nossa visão, caso o real continue flutuando próximo a R\$ 5,75 – R\$ 5,80”

Gráfico 03

Taxas de Câmbio (Dez/23=100)



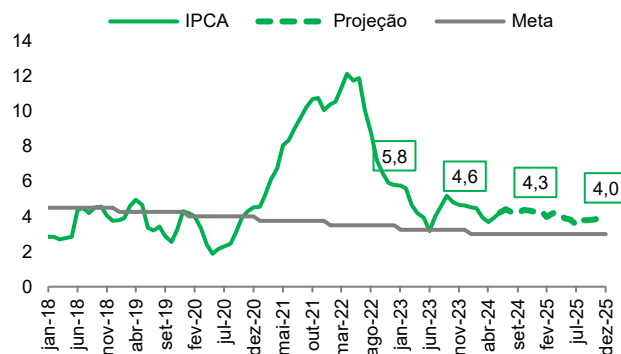
Fonte: Bloomberg. Elaboração: BNPP AM Brasil. Data base: 31 de julho de 2024.

Nossa avaliação é que a agenda de aumento de receitas está se esgotando politicamente, devido a uma baixa disposição do Congresso em aprovar medidas que aumentem ainda mais a taxa ao setor produtivo. Seria necessário, portanto, que o governo mudasse de postura e de fato endereçasse medidas de cortes de gastos que fossem críveis e que garantissem o cumprimento das regras fiscais não só para este ano, mas também para os próximos anos. Os “pentes finos” prometidos pelo governo podem ajudar na redução de gastos, mas somente poderão ser verificados ao longo do tempo em que forem entrando em vigência, sendo difícil calcular com precisão o impacto a priori. Esses riscos fiscais têm pressionado a desvalorização do câmbio, que por sua vez tem levado a uma deterioração das expectativas de inflação, passando a incorporar o efeito da depreciação sobre a inflação. Além do encarecimento da gasolina, é questão de tempo para sentirmos o repasse sobre os preços de alimentos e dos bens industriais via encarecimento das importações. As medianas das expectativas de inflação no Boletim Focus alcançaram 4,1% para esse ano e 4,0% para 2025. Acreditamos que tais estimativas ainda podem subir, visto que o câmbio está mais desvalorizado do que os R\$ 5,30 para 2024 e R\$ 5,25 para 2025 do Focus.

Diante de dessa perspectiva negativa para a inflação e piora contínua do câmbio, aumentam as chances do Banco Central ter que subir juros. Em sua última reunião, o COPOM optou por manter a taxa de juros em 10,50%, adotando uma postura cautelosa, embora menos endurecida do que o esperado pelo mercado. Desde então, o câmbio apresentou uma piora adicional, tornando o trabalho do Banco Central ainda mais difícil. Na nossa visão, caso o real continue flutuando próximo a R\$ 5,75 – R\$ 5,80, será necessária uma elevação da Selic para amortecer o impacto do repasse para a inflação e tentar estancar a deterioração das expectativas. No entanto, para que ocorresse uma melhora significativa no câmbio e na inflação, avaliamos que seria necessária uma mudança fiscal relevante, com alguma medida crível e estrutural do lado da contenção de gastos, mas que não aparenta fazer parte do cardápio do governo por enquanto.

Gráfico 04

IPCA: Ano contra ano



Fontes: IBGE, Banco Central do Brasil e Projeções BNPPAM. Elaboração: BNPP AM Brasil. Data base: 31 de julho de 2024.

Andressa Castro
Economista-chefe



RENDA FIXA E MULTIMERCADO

COMPORTAMENTO DO MERCADO

Houve alguma recuperação nos mercados no último mês, com todos os índices de renda fixa superando o CDI. Destaques para o IMA-B5+ (+3,24%) e IRF-M (+1,34%), que devolveram parcialmente a performance ruim nos últimos meses. O BNP RF fechou em +0,88% e o Sigma Institucional +0,13%, ante o CDI de 0,91%.

NOSSA VISÃO

Na última reunião do FOMC, a mensagem foi que o Fed se aproxima do momento de cortar os juros. Dados de inflação tem vindo na direção correta, enquanto risco de desaquecimento no mercado de trabalho está ficando mais real. Ao que tudo indica, cortam em setembro, se não houver surpresas até lá. Poderemos ter até 3 cortes esse ano, a depender do grau de desaquecimento da atividade econômica nos próximos meses.

O BRL/USD teve desempenho ruim, voltando a região de R\$ 5,70.

Afora as questões fiscais, que ainda geram dúvidas e riscos, a alta de juros pelo Japão gerou uma onda de desmonte de operações de carry trade, cuja consequência é a venda de moedas em países de juros elevados, como Brasil e México. Também pesou a perspectiva de vitória de Trump nos EUA, que deu declarações criticando o patamar elevado do dólar, dando a entender que defenderia uma política de desvalorização da moeda.

O Banco Central do Brasil manteve a Selic em 10,50%, em decisão unânime. Mostrou desconforto com a desancoragem das expectativas e com a depreciação do BRL, mas não indicou mudança na Selic, como mercado esperava. A projeção de inflação no horizonte relevante (1Q26), com a Selic estável e câmbio em 5,55 está em 3,2%, não muito distante da meta de 3%, o que levou a leitura de que não há senso de urgência para eventuais apertos dos juros. Mas a linguagem foi mais conservadora, ressaltando a necessidade de “maior vigilância” se persistir a desvalorização da moeda e a desancoragem das expectativas inflacionárias. Em suma, ganharam tempo para avaliar o que acontece com a moeda nas próximas semanas, para então decidir o que se fará com a Selic.

Sobre as contas públicas, apesar do bloqueio de 15bi anunciado na revisão bimestral do orçamento, acima do consenso de 10 bi, as dúvidas permaneceram. Trouxeram um quadro mais realista, porém tanto receitas como despesas parecem super e subestimadas, respectivamente, de modo que o risco de se revisar a meta fiscal de 2024 persiste. Este é e permanecerá um ponto crucial na precificação dos ativos locais. Por vários meses, desde o início do governo Lula, o mercado reconhecia o esforço e os avanços conquistados pela equipe econômica, concedendo-lhe o benefício da dúvida. Desde a mudança das metas fiscais e diante da surpresa com a velocidade de crescimento das despesas, esse quadro mudou, gerando a crise de confiança corrente. Será necessário mais que promessas imbuídas de boas intenções para reverter o mau humor, estamos no modo ver para crer.

Diante das incertezas descritas e da real possibilidade de alta da Selic a frente, estamos com pouco apetite a risco, com posições conservadoras em NTN-B, usando a alta volatilidade para montar posições táticas tomadas no DI.

Michael Kusunoki
Head Renda Fixa & Multimercados



CRÉDITO PRIVADO

O mercado de crédito continua na dinâmica positiva dos últimos meses, com as captações líquidas superando os R\$50 bi em fundos de crédito e infra, impulsionada pela aversão ao risco dos investidores e a preferência por ativos líquidos e de curto prazo. As emissões primárias totalizaram um volume elevado de (R\$73 bi), com um percentual distribuído em alta em comparação com o mês passado, porém ainda abaixo dos 50%. O mercado secundário fechou mais um mês de volume recorde de transações (com mais de R\$76 bi de negociações).

Os ativos de crédito privado tiveram um desempenho positivo no mês, devido ao carregamento e fechamento contínuo dos spreads. Notamos um fechamento contínuo dos spreads, porém com uma amplitude mais expressiva para os ativos IPCA. Com o nível atual, podemos esperar que o desempenho dos ativos passe a ser mais determinado pelo nível do carregamento.

Desta forma, para as nossas carteiras de crédito privado que investem primordialmente em ativos indexados ao CDI, continuamos as alocações em ativos com prazo até 36 meses, de forma muito seletiva, e com atuação maior no mercado secundário. Setorialmente a alocação em bancos tem aumentado por conta da redução do prêmio entre o ativo de crédito de banco e o corporativo não financeiro. Buscamos manter nossa alocação em ativos de crédito e o prazo médio das carteiras dentro das faixas que estabelecemos. Objetivamos assim otimizar a relação yield e prazo médio da carteira. Continuamos a manter a estratégia taticamente em modo conservador por conta dos riscos percebidos: a incerteza sobre o novo arcabouço da política fiscal brasileira, a execução orçamentária no Brasil sob as regras aprovadas em 2023, a incerteza sobre o rumo da política monetária dos EUA e a permanência das tensões geopolíticas.

Na nossa estratégia de infraestrutura, a alocação em risco IPCA está próxima aos 90%. A *duration* da carteira é superior ao IMA-B5 em função de menor alocação em títulos até 2025 e maior alocação em títulos que vencem a partir de 2030. Acreditamos que nesta nova fase do ciclo monetário, ativos indexados à inflação com *duration* intermediário oferecerão excelente oportunidade de diversificação, principalmente em carteiras que tenha alta concentração em CDI. Pontuamos mais uma vez que o nível atual dos spreads para os ativos em IPCA, mesmo que menores que os observados no início de 2023, associado ao nível ainda elevado da curva de juros real torna os ativos de infraestrutura particularmente atraentes.

Henri Rysman de Lockerente
Head de Crédito Privado



RENDA VARIÁVEL

Em julho, os ativos de risco nos mercados norte-americanos mantiveram a tendência de alta, apesar da reversão observada nos ativos de tecnologia no final do mês devido a resultados empresariais abaixo do esperado.

O índice S&P 500 fechou o mês com um ganho de 1,13%, acompanhado pelo MSCI World, que subiu 1,70%. Por outro lado, a bolsa europeia registrou uma queda de 0,43%. Nos mercados emergentes, julho foi um mês de pouca direção clara, com o índice MSCI Emerging Markets encerrando com uma leve queda de 0,14%, influenciado principalmente pelo desempenho fraco das empresas na China e em Taiwan, devido às incertezas relacionadas às eleições norte-americanas.

No setor de commodities, o minério de ferro teve um desempenho extremamente negativo em julho, refletindo as incertezas quanto às perspectivas de crescimento econômico da China.

No mercado local, o índice Ibovespa fechou o mês de julho com uma alta de 3,02%, concentrada nas duas primeiras semanas do mês.

Esse movimento foi impulsionado principalmente pela queda na curva de juros brasileira, decorrente de um discurso mais positivo e promessas do governo em relação ao equilíbrio fiscal para 2024 e 2025. Acompanhando essa tendência, o índice de Small Caps subiu 1,49%. Do ponto de vista técnico, julho marcou o retorno dos investidores estrangeiros como compradores líquidos na bolsa brasileira, impulsionados pelo crescente interesse em algumas empresas de utilidades básicas no Brasil. Setorialmente, os destaques positivos foram os setores de Indústrias e Saneamento.

No mês de julho tivemos a divulgação de informações relevantes ao redor do globo, que influenciaram as expectativas e o comportamento do mercado. Na China, a reunião do governo central mostrou preocupações com o crescimento econômico da economia e com o estado do consumo da sua população, mas pouco trouxe de novidades em termos de políticas e estímulos.

No México, a incerteza sobre a postura da Presidente eleita Claudia Sheinbaum frente ao seu antecessor, somada ao avanço das reformas estruturais no congresso Mexicano, trouxe volatilidade não somente ao mercado de ações, como também ao peso Mexicano. Nos Estados Unidos, dados relacionados a inflação e ao mercado de trabalho ajudaram a consolidar o cenário de corte de juros já em setembro, o que fica evidenciado pelo movimento da curva de juros americana. Ainda nos EUA, a corrida eleitoral sofreu uma reviravolta, onde o cenário de um candidato Trump vitorioso após o atentado de 13 de julho parece menos óbvio após o presidente Biden deixar sua candidatura em favor da sua Vice-Presidente Kamala Harris.

Tanto o corte de juros, agora esperado para setembro quanto as eleições norte americanas são amplamente antecipadas pelos mercados e que influenciam de forma relevante na formação dos preços e apetite a risco. Conforme nos aproximamos das datas destes eventos, mais relevantes se tornam as informações marginais. Com os agentes de mercado focando cada vez mais no curto prazo devido ao aumento do fluxo de novas informações e consequentes mudanças nos cenários, esperamos um aumento significativo na volatilidade em todas as classes de ativos.

O mercado brasileiro também foi influenciado por esta dinâmica externa, onde se destaca o movimento de queda do real frente à moeda norte americana. Devido à relevância do canal de transmissão de câmbio para a inflação local e a amplitude da depreciação cambial, o mercado já começa a precificar um novo ciclo de aumento de juro, uma vez que o Banco Central não teria outra forma de garantir a convergência da inflação para o centro da meta. Acreditamos que o efeito da materialização de um cenário de aumento de taxa de juros e de maior inflação para a bolsa brasileira é negativo.

Ainda vemos oportunidades na bolsa brasileira, onde ativos se mostram subvalorizados, mas a incerteza de curto prazo e o horizonte de investimento reduzido dos investidores têm mantido os valuations baratos.

Na nossa carta do mês de maio, mencionamos empresas do setor de utilidade pública e saneamento, que apresentaram uma performance atrativa ao longo desse período. Continuamos achando o setor muito atrativo, com retornos reais de 12% e um spread de quase 6% em relação a um título público de juro real. Entendemos o setor de utilidade pública como resiliente, com boa previsibilidade e baixo risco, o que o faz uma referência apropriada para compararmos os retornos esperados na bolsa.

Concluimos, portanto, que existem opções interessantes de ações de empresas com baixa volatilidade de resultado e retornos atraentes acima dos títulos públicos de juro real.

Acreditamos que mesmo com um portfólio conservador, os retornos de um portfólio de ações estão atraentes. Entretanto, seguimos cientes da volatilidade que o mercado acionário pode gerar.



Marcos Kawakami
Head Renda Variável



FUNDO DE FUNDOS

Iniciamos o segundo semestre com taxas de juros cedendo, no local e internacional. Nos Estados Unidos, as taxas fecharam em reação aos dados de inflação e atividade, que vieram mais fracos. Os ativos de bolsa com poucas oscilações. No local, o Ibovespa teve uma performance positiva.

Falamos em nossa carta passada sobre os dados de mercado de trabalho dos Estados Unidos, que surpreenderam novamente. O último relatório trouxe uma desaceleração mais nítida, com menor geração de vagas, aumento da taxa de desemprego e desaceleração da inflação de salários e horas trabalhadas, o que levou o mercado a colocar na mesa a possibilidade de uma recessão à frente. Com esses dados, o corte em uma maior magnitude em setembro, ganhou mais força, salvo se a inflação se mostrar em reaceleração. Na Europa, com a atividade crescendo em ritmo moderado e inflação desacelerando, é provável que o Banco Central dê continuidade ao corte, em linha com o Banco Central dos Estados Unidos. Tivemos também o *BoE* iniciando o corte de juros e Canadá tendo a possibilidade de avançar mais do que as outras economias, por conta de uma desaceleração mais acentuada. De forma mais linear, esse segundo semestre tende a apresentar mais cortes de juros globalmente, em linha com quedas de inflação e atividade econômica.

No cenário local, dividindo em dois aspectos i. fiscal e ii. Ativos. Do lado fiscal, o governo segue superestimando receitas e subestimando despesas para o ano atual, com anúncio de contingenciamento, mas que nas contas do mercado, ainda não são suficientes para garantir a meta fiscal. O Banco central tem sinalizado uma preocupação com a desancoragem das expectativas de inflação e também sobre a moeda, a qual atingiu valores bem incômodos. Do lado dos ativos, apesar das notícias no local, performaram bem.

A curva de juros trouxe um alívio e o Ibovespa também performou bem. IRF-M (1.34), IMA-B5 (0.91), IMA-B (2.09), IMA-B5+ (3.24), Ibovespa (3.02) e *Small Caps* (1.49).

Em nossos mandatos “CDI+”, o resultado foi em linha com o CDI. Em relação as classes, tanto Multimercado quanto *Long Short* tivemos alguma dispersão, mas alguns fundos conseguiram superar o CDI no mês. Na parcela de *Long Bias*, os fundos acabaram sofrendo com posições em bolsas internacionais. Nos benchmarks compostos, os resultados foram em linha com o esperado, com a nossa seleção de Multimercado e Bolsa conseguindo superar o benchmark, um mês de alívio. A parcela de Renda Fixa não conseguiu superar o CDI, por conta de posições tomadas nos juros que não se concretizaram.

Em nossa carta anterior, falamos sobre redução de risco e continuamos. As carteiras seguem no benchmark e uma atualização recente foi o desmonte da posição em Renda Variável nos Estados Unidos, que performou bem durante o primeiro semestre, mas que ao nosso ver, chegou em um patamar alto e somada a rotação de *growth* para *value*, esses papéis tendem a sofrer mais. No mais, entendemos ser um momento ainda volátil e continuamos de olho no desenrolar do segundo semestre.



João Uchoa Borges
Head Fundo de Fundos



ÍNDICES

	CDI	IRF-M	IMA Geral	IMA-B	IMA-B 5	Dólar	Ibovespa	IBX	SMLL
Junho	0,91%	1,34%	1,36%	2,09%	0,91%	1,32%	3,02%	2,90%	1,49%
2024	6,18%	2,87%	3,81%	0,97%	4,27%	16,69%	-4,87%	-4,51%	-13,59%
12 meses	11,57%	8,54%	8,79%	4,66%	8,29%	19,68%	6,21%	6,69%	-12,28%

DISCLAIMER

Este documento foi produzido pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A. ou por suas empresas subsidiárias, coligadas e controladas, em conjunto denominadas “BNP Paribas” e tem fins meramente informativos, não se caracterizando como oferta ou recomendação de investimento ou desinvestimento. O BNP Paribas é uma instituição financeira regularmente constituída, com seu funcionamento devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil e habilitada pela Comissão de Valores Mobiliários para Administrar fundos de investimento. Apesar do cuidado na obtenção e manuseio das informações apresentadas, o BNP Paribas não se responsabiliza pela publicação acidental de informações incorretas, nem tampouco por decisões de investimento tomadas com base nas informações contidas neste documento, as quais podem sofrer mudanças a qualquer momento sem aviso prévio. Esse material não caracteriza nenhuma oferta de investimento. Antes de qualquer decisão de investimento, é obrigatório certificar-se sobre o seu perfil de risco X perfil de risco do produto pretendido, nos termos da regulamentação em vigor. Esse documento contém informações e declarações prospectivas referentes ao BNP Paribas e ao mercado em geral. Essas declarações não constituem fatos históricos e abrangem projeções financeiras e estimativas, bem como hipóteses sobre as quais estão baseadas declarações relativas a projetos, objetivos e expectativas relacionadas às operações, produtos e serviços futuros ou performances futuras. Essas declarações prospectivas podem ser identificadas pelas palavras «esperar», «antecipar», «acreditar», «planejar» ou «estimar», bem como por outros termos similares; Informações e opiniões contidas neste documento foram obtidas de fontes públicas por nós consideradas confiáveis, porém nenhuma garantia, explícita ou implícita, é assegurada de que as informações são acuradas ou completas, e em hipótese alguma podemos garantir a sua ocorrência. O BNP Paribas não assume qualquer compromisso de publicar atualizações ou revisões dessas previsões. Este documento foi produzido para uso exclusivo do seu destinatário, não podendo ser reproduzido, ao todo ou em parte, sem prévio consentimento do BNP Paribas. Caso V.Sa. não seja o destinatário pretendido, qualquer divulgação, cópia, distribuição ou qualquer ação conduzida ou omitida para que se baseie nisso, é proibida e pode ser considerada ilegal. O BNP Paribas não se responsabiliza por eventual perda causada pelo uso de qualquer informação contida neste documento. Leia a lâmina de Informações essenciais e o regulamento antes de investir. Fundos de investimento não contam com garantia do administrador, do gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito – FGC. Você poderá acessar a Ouvidoria pelo telefone – 0800-7715999 ou através do e-mail: ouvidoria@br.bnpparibas.com – O horário de funcionamento da Ouvidoria é de segunda-feira a sexta-feira, das 9h às 18h. Acesse: bnpparibas-am.com/pt-br. MATERIAL DE DIVULGAÇÃO, agosto/2024.



CP 07.2024